

Mudou a lei mas não as mentalidades

«Depois da mudança jurídica, falta fazer a mudança de mentalidades e atitudes». Foi esta a principal conclusão do debate promovido ontem pelo Centro de Estudos Sociais da FEUC sobre a temática da saúde reprodutiva e da interrupção voluntária da gravidez

ANDREA TRINDADE

«Representações sobre (i) legalidade: o caso da saúde reprodutiva em Portugal» é tema de um projecto do Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) que visa analisar três momentos importantes na questão do aborto: o primeiro referendo, em 1998, a vinda da "Women on Waves" a Portugal, em 2004, e o referendo de 2007, que veio legalizar o aborto feito a pedido da mulher até às 10 semanas. Ontem, primeiro dia de um curso de formação que termina hoje, os investigadores quiseram partilhar algumas das conclusões de um estudo baseado em entrevistas e na análise de imprensa.

O que mudou e que caminho falta percorrer, foram algumas das questões colocadas na sessão. Ana Cristina Santos, uma das responsáveis pelo estudo,

referiu-se a uma maior visibilidade do tema do aborto na esfera pública - pelos casos levados a julgamento, pela cobertura mediática da campanha "Fazer ondas" da organização "Women on Waves" -; ao efeito da legitimidade, criado com o envolvimento de figuras públicas e autoridades políticas em iniciativas pró-escolha, bem como pelo compromisso público de movimentos sociais; e, por fim, ao efeito que o discurso adoptado teve na mudança.

«Direito ao corpo»

Acabar com uma lei ineficaz, evitar julgamentos e penas de prisão, evitar a morte da mulher por complicações do aborto foram, segundo a investigadora, os argumentos mais usados em favor da despenalização. «A campanha de 2007 foi marcada por um discurso pouco reivindicativo no que se refere ao direito ao corpo e à auto-determinação sexual e reprodutiva. O discurso sobre o direito à escolha foi silenciado pelos apelos à moderação», considerou. Foi, todavia, admitiu, «eficaz».

«Depois da mudança jurídica, falta percorrer um caminho de mudança de mentalidades e atitudes, dando uma importância efectiva à educação sexual - em meio escolar, mas também em meio informal -, promovendo os



O curso de formação continua hoje, com sessões de debate

direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, a visibilidade em detrimento da vergonha e o movimento feminista em Portugal», afirmou Ana Cristina Santos. A investigadora acredita que o discurso dos direitos da mulher ainda não está bem presente na nossa sociedade e defende que «a responsabilidade de educar cabe a todos, como agentes de mudança». ●

30 por cento dos jovens não faz contracepção

Evitar as gravidezes não desejadas e diminuir a recorrência ao aborto continuam a parte dos objectivos da Associação para o Planeamento da Família (APF). Em declarações ao Diário de Coimbra, à margem do debate no CES, Duarte Vilar considerou positiva a apreciação feita pela APF à implementação na nova lei, que permite à mulher abortar em serviços de saúde legalmente autorizados até às 10 semanas de gestação. O responsável sublinhou «o envolvimento dos profissionais de saúde» neste aspecto e lembrou ainda a actuação a montante, na contracepção: «87 por cento das mulheres que precisam de contraceptivos têm-nos disponíveis».

Duarte Vilar considerou, todavia, que os jovens, os emigrantes ou grupos em risco de exclusão constituem faixas da população em que a acessibilidade a serviços de saúde e a métodos contraceptivos é ainda preocu-

pante. «Entre 30 a 35 por cento dos jovens sexualmente activos não fazem contracepção, segundo dados do último inquérito nacional de saúde». As falhas dos métodos contraceptivos e as falhas no seu uso também preocupam a APF, que desenvolveu em Novembro uma campanha de sensibilização sobre esta temática. «Um estudo realizado há um ano atrás revelava que uma em cada cinco mulheres que abortava, fazia-o apesar de recorrer a métodos de contracepção», lembrou.

A APF, assegurou o responsável, «vai continuar atenta à aplicação da legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez, bem como aos problemas de acesso à contracepção e à educação sexual». No âmbito do curso, Duarte Vilar falou da evolução dos conceitos de saúde sexual e reprodutiva e do seu reflexo em políticas e práticas profissionais. ●